

AI. Nº - 281079.0001/06-2
AUTUADO - JO COMERCIAL DE PEÇAS LTDA.
AUTUANTE - CARLOS HENRIQUE REBOUÇAS OLIVEIRA
ORIGEM - INFRAZ JEQUIÉ
INTERNET - 05/10/06

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0307-03/06

EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. a) FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. b) RECOLHIMENTO A MENOS. Nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, não havendo acordo (convênio ou protocolo) que preveja a retenção do imposto pelo remetente, e não sendo previsto o pagamento do tributo no posto fiscal de fronteira, cabe ao destinatário efetuar a antecipação do imposto sobre o valor adicionado no prazo regulamentar. Infrações parcialmente elididas. **2. DIFERENÇA DE ALÍQUOTA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS DESTINADAS AO ATIVO IMOBILIZADO DO ESTABELECIMENTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Infração não impugnada. Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 12/06/06, exige ICMS no valor de R\$3.194,06 acrescido da multa de 60% em razão das seguintes irregularidades:

01. Deixou de recolher o ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos anexos 69 e 88 – R\$1.352,48.

02. Efetuou o recolhimento a menos do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos anexos 69 e 88 – R\$1.810,02.

03. Deixou de recolher o ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do estabelecimento – R\$31,56.

O autuado, em sua impugnação às fl. 76 a 80, esclarece que exerce atividade de comercialização no varejo e atacado de peças e acessórios de veículos automotores e contesta os valores exigidos pelo autuante pelos motivos que passou a expor:

Infração 01: as notas fiscais de nºs 223673, 169174, 7056/57, 868190/91/92/93, 14424, 14424, 155409/10/11, 689 e 179690/91/9259997, 41294 e 29532, 183331/32, 48581,82/83, 37993/40, 161115/16 e 3799236, o imposto recolhido mediante Guia Nacional de Recolhimento do ICMS (GNRE), conforme cópias dos documentos juntados à defesa.

Infração 02: relacionou diversas notas fiscais, a exemplo das de nºs 884182/83,282258, 13215, 173610/11/12/13, 794, 191604,05/06/07/08, 5676/77/78, 056/57, 83365, 48798, 5676/77/78 48581/82/83,

878478/79/80/81, 66678/79, 354 e 919711, que também já tiveram o imposto pago por meio de GNRE, restando algumas diferenças de valores pouco significativos, conforme às fls. 78 e 79.

Infração 03, reconheceu o valor exigido com devido.

Apresentou um demonstrativo à fl. 80, no qual indicou por item de cada infração, valores que foram recolhidos a mais ou a menos mensalmente, concluindo que resulta em valor pago a mais de R\$2,76 relativo à primeira infração, R\$150,15 e R\$31,56 em favor do Fisco na segunda e terceira infrações, o que resulta em débito R\$178,95 que reconhece como devido.

O autuante, na sua informação fiscal às fls. 180 e 181, acata os DAES e GNRES apresentados junto com a defesa e refez o levantamento fiscal, conforme novos demonstrativos acostados às fls. 182 a 184. Esclarece que em relação à base de cálculo do ICMS-ST, foram observadas as regras previstas no art. 61, II do RICMS/BA.

Por fim, pediu que o Auto de Infração seja julgado procedente em parte.

A Inspetoria Fazendária intimou o autuado, por meio dos Correios com Aviso de Recebimento (AR), para tomar conhecimento da informação fiscal (fls. 185 e 185-A), tendo o contribuinte se manifestado à fl. 187 dizendo que reitera sua defesa inicial, de acordo com a legislação tributária e as provas trazidas ao processo. Ressalta que se acatasse o pleito do autuante, estaria pagando o imposto em duplicidade, tendo juntado cópia do DAE à fl. 188, para comprovar o valor do principal reconhecido de R\$178,95, acréscimos moratórios e multas.

VOTO

O presente Auto de Infração acusa o cometimento das seguintes irregularidades: falta de recolhimento e recolhimento a menos do ICMS por antecipação, e da falta de pagamento do imposto relativo à diferença entre a alíquota interna e interestadual.

O autuado, na sua impugnação reconheceu a terceira infração, devendo ser mantido o valor exigido.

Quanto aos valores exigidos na primeira e segunda infrações, o impugnante contestou parcialmente, o que foi acatado em parte pelo autuante, e ao tomar conhecimento da informação fiscal o defendente contestou os valores indicados no demonstrativo refeito pelo autuante.

Da análise dos documentos juntados a defesa, verifico que em relação às infrações 1 e 2:

- a) No demonstrativo elaborado pelo autuante à fl. 183, foram considerados os valores recolhidos através da GNRE de R\$219,29 (fl. 88) relativo às notas fiscais de nº 868190/91/92/93, mas não acatou o valor recolhido de R\$221,13, indicado na consulta de pagamento à fl. 85 relativo as notas fiscais de nº 70756 e 70757. Verifico que tendo o recolhimento sido feito em 23/07/01, mesmo que na mencionada consulta não indique os números dos documentos fiscais correspondentes, é razoável acatar este valor como sendo das mencionadas notas fiscais objeto da autuação, levando em consideração a data do pagamento e o valor que é ligeiramente superior ao apurado como devido no montante de R\$214,04. Sendo assim, considero elidido o primeiro item da infração 1 (julho/01);
- b) Em relação ao mês de maio/01, não pode ser acatada a alegação defensiva de que deve ser deduzido o valor do ICMS pago a mais no mês de janeiro do mesmo ano, relativo à devolução das mercadorias constantes da nota fiscal de nº 354 (fl. 175), tendo em vista que se refere a um outro período de apuração, conforme DAE apresentado à fl. 166. Entendo que o contribuinte pode requerer a restituição do indébito referente ao pagamento a mais, se comprovado, e fazer uso para pagamento da autuação, não podendo ser compensado nesta fase processual.

c) Em relação ao valor de R\$86,40 que o impugnante alegou na defesa ter sido pago a mais, relativo ao mês de fevereiro/02, verifico que no demonstrativo original à fl. 11, o autuante indicou incorretamente base de cálculo da substituição de R\$27,80, tendo corrigido na informação fiscal para R\$536,26 (fl. 184), que considero correta. Por isso, não existe diferença paga a mais, como afirmou o autuado na sua defesa, restando devido o valor de R\$16,24 relativo à nota fiscal de nº 794, valor este que foi reconhecido como devido. Com a correção procedida, ocorreu uma redução do valor exigido do item 9 da segunda infração de R\$182,63 para R\$16,24, que considero correto.

Dessa forma, acato parcialmente o demonstrativo de débito juntado com a informação fiscal pelo autuante e considero devido o valor de R\$0,39 da infração 1 e R\$409,38 da infração 2.

Pelo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da autuação, de acordo com o resumo abaixo.

Inf.	Data da Ocorr.	Data Vencto	Base de Cálculo	Aliq %	Multa %	Valor/Débito
1	30/09/01	09/10/01	2,29	17,00	60,00	0,39
	Total					0,39
2	31/05/02	09/06/02	4,65	17,00	60,00	0,79
	30/06/02	09/07/02	1.147,53	17,00	60,00	195,08
	31/08/02	09/09/02	4,65	17,00	60,00	0,79
	31/03/01	09/04/01	3,06	17,00	60,00	0,52
	30/04/01	09/05/01	544,47	17,00	60,00	92,56
	31/05/01	09/06/01	544,47	17,00	60,00	101,26
	30/06/01	09/07/01	595,65	17,00	60,00	0,00
	31/08/01	09/09/01	0,00	17,00	60,00	2,14
	28/02/02	09/03/02	12,59	17,00	60,00	16,24
	Total					409,38
3	28/08/01	09/09/01	185,65	17,00	60,00	31,56
	Total					31,56
	Total					441,33

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração n.º **281079.0001/06-2**, lavrado contra **JO COMERCIAL PEÇAS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$441,33** acrescido da multa de 60% prevista no art. 42, II, “d” e “f” da Lei n.º 7.014/96, e dos demais acréscimos legais, devendo ser homologado os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de setembro de 2006.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR